

A Qualificação Profética do Governante em Al-Farabi

Natalia Beatriz Sáez Quiñónez (Bolsista PIBIC/CNPq - DF/USP/SP)

Orientadora: Marilena de Souza Chauí

O Profeta Maomé pregou a verdade sobre o Deus único e a submissão a Ele na criação de uma nova estrutura social. A revelação final, o Corão, é uma lei divina que organiza seus seguidores em uma comunidade política e estabelece suas crenças, princípios e regras detalhadas de conduta. Assim, à dimensão transcendente do Islã vai unida a postulação da *umma*: a comunidade islâmica, pois os muçulmanos acreditam que a revelação da verdade sobre as coisas divinas é a justificação da sua existência como comunidade distinta. A *umma* é depositária da “última expressão” da vontade divina e deve mostrar à humanidade o caminho da salvação.

Para os muçulmanos a religião é primeiramente uma lei e como tal deve ser considerada um fato político. A Lei divina foi dada aos homens pela intermediação de um profeta – o fundador da comunidade política perfeita. Este caráter leva a uma ênfase especial sobre as intenções da Lei, ou ainda, sobre as intenções do profeta que divulgou a Lei. Assim, a revelação como fonte da Lei, a mediação do legislador-profeta, o estabelecimento de uma comunidade política organizada sob essa Lei e a religião em si tornam-se temas da filosofia política. É, portanto, no domínio político que as relações entre razão e revelação devem ser compreendidas.

É fato que a filosofia política se desenvolveu primeiro na Grécia e penetrou posteriormente nas religiões monoteístas manifestando-se de diferentes modos no islâmismo, judaísmo e cristianismo. A busca pela sabedoria política passa a ser conduzida dentro da comunidade religiosa e a tradição clássica é usada pelos filósofos como uma lente através da qual podem ver a respectiva realidade política.

Ainda que Al-Kindi tenha sido o precursor da filosofia islâmica, Al-Farabi, filósofo do século X, foi o primeiro pensador muçulmano a escrever sobre política, dando início à integração da filosofia grega com a religião revelada do Islã. Influenciou profundamente os filósofos subseqüentes e deve ser considerado como uma das fontes do pensamento teológico-político ocidental. Escreveu mais de sessenta obras em forma de comentários e tratados em filosofia, matemática, medicina e música e foi considerado um dos grandes comentadores de Aristóteles. Conhecedor profundo da história e filosofia grega, é conhecido no Islã como o segundo mestre, sendo Aristóteles o primeiro. De acordo com seus biógrafos, Al-Farabi comentou as *Categorias*, *Peri Hermenéias*, *Primeiros e Segundos Analíticos*, *Peri Psychês*, os *Tópicos*, a *Sofística*, a *Retórica*, a *Poética*, a *Metafísica*, a *Física*, a *Meteorologia*, *De Coelo et Mundo*, e a *Ética Nicomaquéia* de Aristóteles; Comentou também *As Leis* de Platão, *A Isagogia* de Porfírio, o tratado *De Anima* de Alexandre de Afrodísia e o *Almagesto* de Ptolomeu.

Al-Farabi reconhece o desafio que a religião revelada coloca ao modo de vida filosófico. A religião pretende dar uma explicação completa e definitiva de todas as

coisas – humana, divina, natural e metafísica. Não há verdades a serem descobertas. A sabedoria é, então, um sistema de regras a ser apreendido e ensinado com o intuito de cultivar o estado filosófico da mente. Assim, a religião é a apresentação direta das verdades para as quais a filosofia providencia as provas.

Essa reivindicação feita pela religião revelada se transforma na base do fato político que, significativamente, limita a postura pública que a filosofia e o filósofo podem assumir. Al-Farabi acreditava no Deus criador, na recompensa e punição e na vida futura. O objetivo do homem é a felicidade e esta para um muçulmano – discípulo de Platão e Aristóteles – é a combinação do que está garantido na *Shari'a*, que é a lei islâmica, com a recompensa do estudo da filosofia. Ou seja, a felicidade do filósofo está naquela prometida pelo Profeta: bem estar neste mundo e felicidade no próximo.

Al-Farabi escreveu seis obras políticas que se relacionam com outras três também correspondentes à filosofia prática. Estas tratam de assuntos similares, mas, com múltiplas abordagens, o que faz com que o presente estudo tenha que se basear em mais de uma obra, levando a uma reflexão sobre a relação dos textos políticos como um passo para o entendimento de um tema específico.

Assim, para analisar a qualificação profética do governante e a identificação do cidadão com o sábio-governante exemplar, que tem como fim a realização da felicidade, se faz necessário o estudo de três obras políticas:

Al-Madinat al-Fadila (*Tratado Sobre as Opiniões dos Cidadãos da Cidade Ideal*); tem em seus capítulos iniciais um discurso sobre o Uno, o Ser Primeiro, cosmologia, ciências filosóficas e nos últimos nove capítulos lida com os problemas políticos.

Al-Siyasat al-Madaniya (*O Livro Sobre o Regime Político*); expõe sua teoria sobre a alma e sobre o intelecto. Na segunda parte refere-se ao homem e a sua perfeição na comunidade.

Tahsil al-Sa'ada (*A Busca da Felicidade*); é a primeira parte de uma trilogia intitulada *Filosofia de Platão e Aristóteles*. Nessa obra expõe sobre a felicidade do homem que só pode ser alcançada em associação com outros homens numa comunidade. Talvez este seja o mais fundamental de seus trabalhos, dando a estrutura filosófica sobre a qual seus escritos didáticos e políticos devem ser entendidos.

Além da influência do pensamento grego, principalmente platônico, outros interesses influenciaram a obra de Al-Farabi: o sentido da *umma*, comunidade fundamental, já que como muçulmano considera possível e necessária a cidade ideal; e a crescente imperfeição do sistema social nascido da expansão islâmica. Mas a preocupação fundamental é com a natureza filosófica do legislador.

Entra em discussão a Cidade Ideal:

Era de grande ascendência sobre os filósofos a utopia necessária da República de Platão. Os pensadores do mundo islâmico nunca renunciaram à idéia de uma comunidade universal justa: a *umma*. Após a morte de Maomé, surge a figura do Califa que incorpora três elementos: a sucessão legítima do profeta, a direção dos assuntos sobre o mundo e a vigilância sobre a fé. É o administrador da justiça, o líder nas orações e na guerra. É obrigado pela *Shari'a* ao cumprimento efetivo e leal dessas tarefas. É portanto, a maior autoridade, segundo o Corão.



o bem e o amante puro. É a fonte da qual provêm todos os demais seres, sendo que enquanto ser primeiro está desprovido das imperfeições e limitações dos seres criados.

Segundo sua essência, Deus é inteligência e inteligente puro, conhece a si mesmo e se apresenta como verdade absoluta, base de toda verdade relativa. Como vida absoluta e conhecimento absoluto é o mais feliz dos seres, ou a felicidade em si.

Da simplicidade do uno divino surge a multiplicidade do mundo criado. Al-Farabi concebe então a multiplicidade de gerações sucessivas: da Inteligência divina brota a potência que produz as causas segundas. Este primeiro ser criado é uno e múltiplo ao mesmo tempo. Eis a sua essência: é uno numericamente, necessário pela ação do uno divino e possível por si. Recebeu sua existência do Ser primeiro, portanto, do uno brotou o uno. Mas este ser criado é múltiplo na sua essência e por isso pode ser múltiplo em seus atos. Sendo inteligência, pode conhecer o princípio de seu ser e a si mesmo e tem na sua essência três objetos: o ser primeiro, sua essência de ser necessário por outro e a sua essência absoluta como ser possível por si.

Do conhecimento que tem do ser primeiro brota uma inteligência segunda. Do conhecimento que tem da sua essência atual necessária por outro se produz uma alma. E o conhecimento da sua essência absoluta como possível por si mesma dá a origem à primeira esfera. Esse processo se repete por dez vezes, até chegar à esfera lunar, totalizando dez inteligências das esferas. A décima inteligência é o Intelecto Agente, que opera sobre o mundo terrestre.

Estas inteligências não são corpos e, portanto, estão separadas da geração e da corrupção, existem em ato e cada uma pensa a sua essência e o princípio que a criou. A sua força criadora depende justamente desse conhecimento.

A décima inteligência, ou Intelecto Agente é a que engendra o mundo terrestre combinando, por influência das esferas celestes os quatro elementos. É causa da união da matéria e forma. É essa inteligência que move as formas, a alma e o intelecto humano conduzindo-os ao conhecimento.

A sabedoria, portanto, só pode ser alcançada através de um longo aprendizado e da atualização das potências intelectuais, purificando o intelecto até atingir a permanente união com o Intelecto Agente. É o mais alto grau de conhecimento no qual se reflete o Logos eterno.

E quais são as qualidades do chefe da cidade ideal?

Para transferir as noções gregas às condições islâmicas, Al-Farabi teve que fazer uma síntese entre o governante ideal de Platão, o filósofo-rei e o governante ideal do Islã, o profeta-legislador. O governante da sua cidade ideal não é o califa – sucessor do Profeta simplesmente transformado no filósofo-rei da *República*. As qualidades e funções do primeiro governante são um resultado de ajustes e combinações representando a síntese entre requisitos platônicos e islâmicos. Faz-se necessário, a fim de que possamos compreender tal síntese, um esclarecimento sobre a teoria da profecia de Al-Farabi.

Al-Farabi distingue uma razão prática e uma razão teórica no homem, que é naturalmente dotado de faculdades racionais e imaginativas. Estas estão potencialmente no homem e devem ser realizadas pela emanção do Intelecto Agente. Ele

chama esta emanção de revelação.

O Intellecto Agente serve de intermediário entre Deus e a razão teórica do primeiro governante ao qual faz a revelação. Cito Al-Farabi em *Syosat al-Madaniya*:

“Este homem é o príncipe autêntico segundo os antigos, é aquele de quem se deve dizer que recebeu a revelação. Pois este homem só recebe a revelação quando alcança esta categoria, ou seja, quando já não há intermediário entre ele e o Intellecto Agente (...). Pois bem, dado que o Intellecto Agente emana do ser da Causa Primeira – Deus, por esta razão se pode dizer que é a Causa Primeira a que leva a revelação a este homem por mediação do Intellecto Agente. O governo deste homem é o governo supremo; todos os demais governos humanos são inferiores a ele e derivados dele.”

Portanto, o governante precisa de um desenvolvimento completo da faculdade racional para realizar esta correspondência. É condição de conhecimento necessária para ser o governante supremo o desenvolvimento completo de três faculdades: a sensação, a imaginação e a razão. Muito raramente ocorre que a faculdade imaginativa seja tão poderosa e perfeita que obscureça todas as demais faculdades e proceda diretamente a receber ou a formar imagens dos seres divinos. Este caso raro é o profeta, um arauto capaz de direcionar os homens à felicidade. Este mensageiro alcançou o grau máximo da perfeição. Cito Al-Farabi em *Al-Madinat al-Fadila*:

“Não é impossível que o homem, quando seu poder imaginativo alcança a máxima perfeição, receba do Intellecto Agente, nas suas horas de vigília, as imitações de seres separados, imateriais, inteligíveis e de todos os demais seres nobres e os contemple. Pela virtude dos inteligíveis que havia recebido, terá assim o poder da profecia acerca das coisas divinas. Esta é então a etapa mais perfeita alcançada pelo poder da imaginação e a etapa mais perfeita a qual o homem chega pela virtude de seu poder imaginativo”

Quando o homem se comunica com o Intellecto Agente por meio da imaginação é um profeta. E quando se comunica por meio de sua faculdade racional é um sábio, ou seja um filósofo. Assim, para ser o governante supremo se faz necessária a perfeição de ambas faculdades fazendo dele o ser humano perfeito, e não apenas um profeta ou um filósofo.

O filósofo será completo em sua sabedoria quando imitar perfeitamente o conhecimento racional que possui a fim de ensiná-lo ao povo. Se assim não o fizer será incapaz de governar uma cidade e educá-la. Portanto, o melhor governante será o profeta-filósofo-governante, pois é necessária a combinação filosofia-profecia, ou o exercício dos poderes imaginativos e racionais.

Somente o profeta-filósofo está qualificado a ajudar o cidadão a compreender o seu verdadeiro destino, da perfeição moral e intelectual. Assim, além dos seus talentos naturais deve distinguir-se nas ciências especulativas, pois será toda a fonte de poder e conhecimento no regime. E é por meio dele que os cidadãos apreendem o que devem conhecer e fazer.

Como possui todas as virtudes práticas e teóricas, o governante tem a possibilidade introduzi-las em todas as nações, proporcionalmente à disposição natural dos cidadãos.

Este legislador-profeta tem o poder, pela primazia da reflexão, de criar condi-

ções pelas quais as leis podem de fato existir e funcionar. Reúne em si a perfeição nas virtudes especulativas, intelectual e prática além da capacidade de persuasão e imaginação. Está feita a síntese entre o filósofo-rei platônico e o governante muçulmano.

Até a presente fase deste estudo, observamos que do mesmo modo que na ordem intelectual a felicidade se dá mediante a união com o Intelecto Agente, na ordem política se dá mediante a identificação do cidadão com o sábio governante. Há, portanto, uma analogia entre a atividade do governante supremo e a operação do Intelecto Agente.

A relação entre o caráter da perfeição e o Intelecto Agente é condição para a compreensão da felicidade humana. A perfeição do homem se dá perante a proximidade com o Intelecto Agente através da atividade teórica. Ele, de certa forma, ilumina o intelecto humano, por um lado, e os inteligíveis possíveis por outro. Tal qual os nossos olhos, que tem a capacidade de ver, mas não podem exercer esta capacidade na escuridão, precisam necessariamente da luz que ilumina os objetos. Ou seja, a passagem do inteligível possível para o inteligível em ato só pode ser feita pelo Intelecto Agente.

Mas o Intelecto Agente não é tipicamente uma causa segunda. Além, da sua atividade contemplativa, que é própria de todas as dez esferas, ele se distingue por uma inquietação em relação ao progresso humano. Ele busca e quer a perfeição suprema ou a transcendência daqueles que estão na esfera de sua influência. É este o seu propósito.

Assim, enquanto as outras esferas alcançam os respectivos efeitos por emanção, a operação do Intelecto Agente tem como atributo uma intencionalidade.

É a opinião de Aristóteles, segundo Al-Farabi em *Falsafat Aristutalis*, que quando o intelecto humano atinge a sua perfeição final, a sua substância se aproxima da substância do Intelecto Agente. Parece que em *Al-Siyasat al-Madaniya*, Al-Farabi perfilha essa relação atribuída a Aristóteles.

A implicação imediata é de que o intelecto humano, quando totalmente atualizado teria também uma natureza dupla: uma parte contemplativa e a outra atuando na perfeição de algo externo à ele. Nesse sentido, tal qual o Intelecto Agente atua na perfeição do homem, o governante supremo atua sobre aqueles a que governa.

O Intelecto Agente habilita o animal racional a alcançar a felicidade suprema, libertando-o da matéria e dos laços corporais, tornando-o substância separada capaz de subsistir sem a matéria. Também as ações determinadas pelo governante e direcionadas à felicidade fortalecem a parte da alma do cidadão potencialmente disposta a felicidade, atualizando-a até o ponto em que cessa a sua necessidade de matéria e assim subsiste sem perecer quando a matéria perece.

Portanto, o governante da comunidade ideal alcança a excelência humana no mais alto nível e é também causa da excelência dos cidadãos.

Enfim, o Intelecto Agente vincula a completa transcendência de uma existência corpórea a uma atividade prática, a saber: a política; sem que o resultado seja de dupla natureza.

Mas, a interação do Intelecto Agente com os seres corpóreos sem que haja o sacrifício de seu caráter transcendente é algo mais complexo que será desenvolvido em estudos subsequentes.